

## Masculinidade Hegemônica em Adultos Ofensores Sexuais: Uma Pesquisa Documental em Instituição Pública

*Ranieli Carvalho Gomes de Sousa<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

*Liana Fortunato Costa<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>*Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*

**Resumo:** O texto objetiva analisar aspectos relacionados à masculinidade hegemônica de homens adultos que cometeram ofensa sexual, acessando prontuários de uma instituição pública de saúde que presta atendimento a esses indivíduos. A expressão dessa masculinidade se caracteriza por meio de relações de poder, em maior ou menor grau, que afirmam ou reafirmam a imagem do homem como forte, viril, superior e dominador. Além disso, a construção social da masculinidade hegemônica contribui para práticas violentas contra crianças, adolescentes e mulheres. Trata-se de um estudo qualitativo, utilizando pesquisa documental, realizado durante a pandemia de covid-19. As informações obtidas foram organizadas e discutidas em núcleos temáticos, conforme a compreensão das relações familiares, o contato com a violência desde tenra idade e a necessidade de se apresentar como másculo e superior em relação a outras pessoas, vistas como inferiores e frágeis. A contribuição do texto aponta para a necessidade de que intervenções terapêuticas incluam reflexões sobre gênero, pois esses homens convivem, desde sempre, com variadas formas de violência.

**Palavras-chave:** Masculinidade, Masculinidade Hegemônica, Violência Sexual, Análise Documental.

---

## Hegemonic Masculinity in Adult Sexual Offenders: A Documentary Research in a Public Institution

**Abstract:** This study aims to analyze aspects related to the hegemonic masculinity of adult men who committed sexual offenses, accessing medical records from a public health institution that care for these individuals. The expression of this masculinity shows power relation that to a greater or lesser extent affirm or reaffirm the image of men as strong, virile, superior, and dominant. The social construction of hegemonic masculinity also contributes to violent practices against children, adolescents, and women. This qualitative study used documentary research that was carried out during the COVID-19 pandemic. The obtained information was organized and discussed in thematic groups according to the understanding of family relationships, contact with violence from an early age, and the need to present oneself as masculine and superior in relation to other people who are seen as inferior and fragile. The contribution of this study points to the need for therapeutic interventions to include reflections on gender since these men have always lived with various forms of violence.

**Keywords:** Masculinity, Hegemonic Masculinity, Sexual Violence, Document Analysis.

## Masculinidad Hegemónica en Agresores Sexuales Adultos: Una Investigación Documental en una Institución Pública

**Resumen:** El texto tiene como objetivo analizar aspectos relacionados con la masculinidad hegemónica de hombres adultos que cometieron delitos sexuales, accediendo a registros médicos de una institución pública de salud que ofrece atención a estos individuos. La expresión de esta masculinidad se caracteriza por relaciones de poder, en mayor o menor medida, que afirman o reafirman la imagen del hombre como fuerte, viril, superior y dominante. Además, la construcción social de la masculinidad hegemónica contribuye a prácticas violentas contra niños, adolescentes y mujeres. Se trata de un estudio cualitativo, mediante investigación documental, realizado durante la pandemia de COVID-19. La información obtenida fue organizada y discutida en grupos temáticos, según la comprensión de las relaciones familiares, el contacto con la violencia desde temprana edad y la necesidad de presentarse como masculino y superior en relación con otras personas vistas como inferiores y frágiles. El aporte del texto apunta a la necesidad de que las intervenciones terapéuticas incluyan reflexiones sobre el género, ya que estos hombres siempre han vivido en contextos de diversas formas de violencia.

**Palabras clave:** Masculinidad, Masculinidad Hegemónica, Violencia Sexual, Análisis de Documentos.

Este estudo tem como objetivo analisar aspectos relacionados à masculinidade hegemônica em homens adultos que cometeram ofensas sexuais, por meio da consulta a prontuários de uma instituição pública de atendimento a esses indivíduos. Buscou-se compreender, por meio das falas e expressões registradas durante o atendimento institucional desses indivíduos, como a construção de uma masculinidade hegemônica socialmente construída está presente na prática de atos violentos contra crianças e adolescentes (Ayllón González, 2020; Frackowiak-Sochańska, 2021; Medrado et al., 2021). O texto também visa contribuir para a ampliação desse tema em direção a intervenções psicossociais e/ou terapêuticas voltadas a esse público.

### Concepções acerca das diferentes formas de masculinidades

*Gênero* – O gênero pode ser definido como um sistema de significados, normas, representações e práticas vinculados às construções sociais, baseadas nas características atribuídas ao sexo das pessoas, tendo como pressuposto a naturalização das diferenças entre masculino e feminino (Ayllón González, 2020). Refere-se a tudo o que a sociedade entende como papel, função ou comportamento esperados de alguém com base em seu sexo biológico, envolvendo relações de poder e desigualdade entre o masculino e o feminino. Esses

padrões impostos pela sociedade, que situam o homem sempre em uma posição de superioridade, fomentaram o surgimento de movimentos políticos críticos a esse modelo, como o movimento feminista, e impulsionaram o desenvolvimento de estudos sobre masculinidade, que ampliaram a compreensão dos modos de expressão social de ser homem, mais ou menos aceitos (Ferreira & Oliveira, 2020). Esse “comando sociocultural” determina qual lugar homens e mulheres devem ocupar na sociedade, quais características são atribuídas a cada um e como devem se comportar, pensar e se relacionar. O gênero configura-se como um fator estruturante, na medida em que “tornar-se pessoa” remete a tornar-se homem ou mulher, seguindo uma lógica marcada pelo binarismo (Zanello, 2018).

*Masculinidade* – A masculinidade é uma expressão de gênero e pode ser definida como um conjunto de ideias, valores e comportamentos culturalmente construídos para se referir aos homens e ao que é considerado masculino (Rodríguez, 2019). Essas ideias são construídas no âmbito social e cultural e ao longo do tempo são reforçadas pelas instituições (Ferreira & Oliveira, 2020). Trata-se de um conceito flexível que acompanha mudanças culturais, históricas e políticas, sendo sustentado por normas e estruturas sociais mutáveis. Assim, considera-se o termo no plural (masculinidades), na medida em que é possível haver diferentes maneiras de ser homem em uma sociedade.

No entanto, como salienta Pereira (2021), as masculinidades são vivenciadas de maneiras distintas, devido a recortes de gênero, raça e classe. Mesmo com toda a pluralidade, existe um conjunto de preceitos na masculinidade que se impõe a todos os homens sob a forma de mandatos comportamentais e morais (Ayllón González, 2020). Baére e Zanello (2020) argumentam que as masculinidades se organizam hierarquicamente, de modo que a masculinidade hegemônica (homem branco, cisgênero, heterossexual, de classe média e alta) ocupa o topo. As demais masculinidades (homem negro, homossexual, de classes socioeconômicas mais baixas) são consideradas subordinadas e, muitas vezes, se tornam questionáveis, duvidosas ou até mesmo não reconhecidas (Pereira, 2021).

*Masculinidade hegemônica* – No Brasil, a masculinidade se manifesta de maneira hegemônica, sendo danosa para os próprios homens, para as mulheres, crianças e demais pessoas com quem convivem (Zanello, 2018). Além de patriarcal, a masculinidade hegemônica apresenta profundas manifestações racistas, visto que há uma hierarquia entre masculinidades brancas (superior/colonizador) e masculinidades negras (inferior/colonizado) (Silva, Santos, & Nascimento, 2021). Além da dimensão racial, destaca-se que a heterossexualidade também exerce influência na hierarquização das masculinidades, resultando na marginalização e no questionamento das masculinidades *gays* (Pereira, 2021). A masculinidade hegemônica impõe padrões rígidos de força, virilidade, papel de provedor, competitividade e limitação da expressão sexual à heterossexualidade. Comportamentos arriscados e violentos são valorizados, enquanto emoções e fraquezas são reprimidas (Ayllón González, 2020; Swanson, 2019). Aqueles que não se encaixam nesse modelo masculino enfrentam estigmatização e perda de privilégios (Rodríguez, 2019), o que resulta na necessidade contínua de reafirmar sua própria masculinidade. A busca pela manutenção e perpetuação desse ideal leva ao surgimento de comportamentos violentos (Nahas et al., 2021) e, como destaca Ferreira e Oliveira (2020), a violência é frequentemente considerada uma das principais características da identidade masculina, levando os homens a adotar esse comportamento como forma de demonstrar virilidade, enquanto evitam qualquer demonstração de sensibilidade por medo de parecerem fracos.

A área da saúde tem demonstrado interesse em incorporar o conceito de masculinidades nas

orientações voltadas à atenção à saúde dos homens. O documento orientador desta perspectiva, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Ministério da Saúde, 2008), busca promover a compreensão das atitudes influenciadas pelo gênero e a importância do autocuidado, que se manifestam nos homens em comportamentos altamente prejudiciais a si mesmos e aos outros (Dázio, Zago & Fava, 2016; Medrado et al., 2021). No aspecto da autodestruição, observa-se um consumo excessivo de álcool e outras substâncias, lesões físicas provenientes de lutas, uso de esteroides e negligência em relação à saúde física e emocional. No âmbito do descuido voltado para o outro, ocorre a violência praticada, a homofobia, o *bullying* e o racismo, sendo o maior interesse deste texto a violência sexual contra crianças e adolescentes (Frackowiak-Sochańska, 2021). Todavia, essas manifestações da masculinidade podem ser desconstruídas, tendo como parâmetro elementos que promovam interações saudáveis e pacíficas. Isso possibilitaria aos homens coexistir na sociedade de maneira mais igualitária em termos de gênero, resultando em avanços significativos na luta contra a violência direcionada às mulheres e a outros grupos (Ayllón González, 2020).

### **Violência sexual contra crianças e adolescentes e o adulto ofensor**

A violência sexual é um fenômeno complexo que tem sido cada vez mais estudado sob a perspectiva da vitimização. Entretanto, no que diz respeito aos adultos que cometem ofensas sexuais, a literatura no Brasil ainda é escassa. Considera-se que a dificuldade em estudar esse grupo específico, no contexto brasileiro, decorre da falta de políticas públicas voltadas ao atendimento de homens que cometem ofensas sexuais, além da grande estigmatização associada a esse tipo de crime. As informações sobre as características desses indivíduos ficam restritas ao âmbito da saúde e do sistema de justiça (Nogueira, Costa, Passarela, & Setubal, 2020).

A violência sexual, conforme abordada neste texto, refere-se a práticas sexuais envolvendo crianças ou adolescentes que não têm experiência nem repertório comportamental ou emocional para compreender a situação imposta a eles, além da ausência de consentimento. Trata-se de uma violência caracterizada por uma relação de poder, mantida pelo silêncio e por ameaças (World Health Organization [WHO], 2017). Vários autores concordam que não há um perfil

único de ofensor sexual (Marshall, 2018; Seto, 2018). O ofensor sexual pode ser qualquer pessoa, isto é, tanto um adulto quanto um adolescente, do gênero masculino ou feminino, que seja conhecido da vítima ou não (WHO, 2017). Isso não quer dizer que não existam características comuns entre eles (Simons, 2015). Em geral, os ofensores são majoritariamente homens, com vínculo familiar com a vítima (pai, padrasto, avô, tio, primos, e até mesmo sobrinhos mais velhos, entre outros) (Penso et al., 2016). Esse grupo constitui uma população diversificada, com especificidades variadas em relação à natureza e ao tipo de violência praticada, motivações, risco de reincidência, presença de comorbidades e fatores etiológicos individuais (Nogueira et al., 2020).

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017) não fornece informações específicas em relação às características dos ofensores sexuais, como cor da pele, nível de escolaridade, local de residência, nem informações relacionadas ao contexto da ofensa sexual, como local da ofensa e idade da vítima. O texto de Penso et al. (2016) aponta essa limitação, ressaltando que a população privada de liberdade por violência sexual contra crianças ou adolescentes reproduz as características gerais da população carcerária, ou seja, homens pardos ou negros, com baixa escolaridade, pertencentes às classes sociais de menor poder aquisitivo e atuando em subempregos.

As intervenções destinadas a esse público estão previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Secretaria de Direitos Humanos, 2013). Mais recentemente, reconhece-se que essas ações devem estar conectadas a uma concepção de interseccionalidade. Esse enfoque busca compreender a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva integrada com os marcadores sociais de gênero, raça, classe e idade. Essa abordagem tem sido fortemente recomendada para intervenções na área de saúde, incluindo medidas psicossociais. Isso implica considerar as dimensões da psicologia, assistência social e medicina, além de englobar o desenvolvimento de estratégias e a formulação de políticas mais eficazes. O gênero, em particular, desempenha um papel preponderante na ocorrência da violência sexual (Schucman & Gonçalves, 2020; Swanson, 2019; Teodoro, 2022).

## Método

Este estudo qualitativo utilizou a pesquisa documental por ser uma maneira rica e estável de coleta de dados, e por não requerer um contato direto com os indivíduos envolvidos (Santana, Oliveira, & Marcon, 2019). Especialmente no que se refere a adultos autores de ofensa sexual, é importante destacar a dificuldade de acesso a esses indivíduos (Nogueira et al., 2020). A pesquisa foi realizada em uma unidade de saúde pública, referência no atendimento a homens adultos que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes, durante a pandemia de coronavírus, ainda em 2022. Os autores dessas ofensas chegam a essa unidade por meio de encaminhamento da Justiça ou da saúde. Os atendimentos são realizados por uma equipe multiprofissional composta de dois psicólogos, duas assistentes sociais, um psiquiatra e residentes da área de saúde. Além disso, a equipe conta com a participação de duas psicólogas que também são professoras no curso de Psicologia de uma universidade pública, onde orientam alunos de graduação e pós-graduação.

De modo geral, antes do início da pandemia de covid-19, o ciclo de atendimento na unidade seguia as seguintes etapas: a) avaliação (entrevistas individual, familiar e psiquiátrica); b) atendimento psicossocial (grupal e individual); e c) acompanhamento pós-atendimento. O período de avaliação tinha duração de cerca de um mês, os atendimentos eram realizados ao longo de seis meses, e o acompanhamento consistia em dois contatos com um intervalo de três meses. Ao todo, os indivíduos passavam por atendimentos durante um ano, e essas atividades eram conduzidas presencialmente. Essa rotina foi bastante alterada durante o período de vigência da pandemia, obrigando que o método da pesquisa fosse determinado por essa circunstância. Os atendimentos presenciais foram parcialmente suspensos, e a participação de pesquisadores teve limitações, restando apenas a possibilidade de acesso aos documentos constantes dos prontuários dos indivíduos atendidos. É importante ressaltar que o local físico onde ocorriam os atendimentos está situado em um hospital público designado como referência para casos de covid-19, o que trouxe vários impedimentos de acesso. Em 2023, após a declaração oficial do término da pandemia, houve o retorno dos atendimentos presenciais e a normalização das atividades.

As informações sobre os participantes encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1

Informações sobre os participantes.

Participante	Idade	Cor/Raça	Escolaridade	Renda	Vítima	Idade da vítima
P1	67	Indígena	Ensino médio completo	R\$ 6.000	Uma menina/ Intrafamiliar	Entre 10 e 12 anos
P2	44	-	Ensino médio incompleto	-	Duas meninas/ Intrafamiliar	-
P3	48	Preto	Ensino fundamental completo	-	Uma menina/ Intrafamiliar	-
P4	45	-	Ensino Superior incompleto	R\$ 1.650	Uma menina/ Intrafamiliar	15 anos
P5	32	Pardo	Ensino médio incompleto	-	Uma menina/ Intrafamiliar	-
P6	38	Pardo	Ensino médio incompleto	-	Uma menina/ Intrafamiliar	-
P7	50	Branco	Ensino médio incompleto	R\$ 2.000	Duas meninas/ Intrafamiliar	6 e 10 anos
P8	45	-	Ensino médio completo	-	Uma menina/ Intrafamiliar	Dos 9 aos 19 anos
P9	29	Pardo	Ensino fundamental incompleto	-	Posse de pornografia infantil	-
P10	39	Pardo	Ensino superior completo	R\$ 1.382	Uma menina/ Intrafamiliar	-
P11	35	-	Ensino superior completo	R\$ 5.000	Um menino/ Extrafamiliar	14 anos
P12	45	Pardo	Ensino fundamental incompleto	R\$ 1.180	Uma menina e um menino/ intrafamiliar	-
P13	42	Preto	Ensino fundamental incompleto	R\$ 90 por dia	Uma menina/ Intrafamiliar	1 ano

A principal fonte de informação foi o prontuário, no qual registrados dados pessoais, psicossociais, estrutura familiar, histórico de vida e experiências de violência sofridas e praticadas pelos indivíduos. Acrescentam-se as informações provenientes da justiça: boletins de ocorrência, denúncias do Ministério Público e pedidos de medidas protetivas. O foco das informações, para o propósito deste texto, esteve na análise dos registros gerados durante a intervenção psicossocial, os quais foram anexados aos prontuários. O registro das informações ocorre durante o processo da intervenção psicossocial, apreendendo as conversas e interações entre os participantes e entre os participantes e os membros da equipe profissional. Tanto a observação quanto a pesquisa documental se

apresentam como opções viáveis e úteis para a pesquisa com essa população, que se mostra bastante reativa ao consentimento de contato pessoal, por medo de serem identificados, e terem maior comprometimento diante do processo criminal ainda vigente (Nogueira et al., 2020).

A coleta das informações ocorreu entre julho e agosto de 2021, período em que a pandemia ainda estava presente. Devido à necessidade de distanciamento social, surgiram impasses na realização de reuniões presenciais para o estudo e a coleta das informações. Assim, toda a orientação e discussão sobre o acesso aos prontuários e a retirada das informações ocorreram remotamente. Para a coleta das informações, uma pesquisadora obteve acesso aos

prontuários dos participantes do grupo ocorrido no primeiro semestre de 2021. Foram então definidos os dias e horários específicos (totalizando seis encontros, cada um com duração de quatro horas), para que o acesso presencial aos prontuários pudesse ser realizado em condições de segurança. Todas as normas de segurança foram seguidas, como o uso de álcool em gel e máscaras, evitando também aglomerações. Visando ao cuidado ético com as informações, nenhum prontuário foi fotografado ou retirado das dependências da unidade de saúde, uma vez que a disponibilização desses dados a outras pessoas colocaria em risco a privacidade dos indivíduos. Além disso, durante a anotação das informações, a pesquisadora tomou o devido cuidado para não anotar nomes ou dados que pudessem comprometer a identidade dos participantes (*Resolução n. 510*, 2016).

Após a coleta das informações, foi criada uma planilha com os dados obtidos. A partir dessa planilha, foi realizada uma leitura exaustiva do conteúdo com o objetivo de apreender informações acerca da construção e expressão da masculinidade hegemônica em homens autores de ofensa sexual. Essa leitura foi realizada em momentos distintos por duas pesquisadoras com conhecimento teórico e experiência no tema. Em seguida, foi utilizada a análise de conteúdo temática, proposta por Minayo (2014), na qual percorreu-se as seguintes etapas: a) pré-análise: as informações contidas nos prontuários foram organizadas e transcritas, sendo identificadas as partes que estavam de acordo com o objetivo do estudo. Nesse ponto, surgiram os temas iniciais, que foram: masculinidade, educação familiar, processo de desenvolvimento e socialização; b) exploração aprofundada do material registrado, com a significação de cada um dos temas surgidos na etapa 1, considerando os significados dados em relação à semelhança e/ou diferença de interpretação, visando à construção de sentidos comuns; c) a partir da construção dos sentidos, foram elaborados conjuntos interpretativos, relacionando-os à literatura sobre o tema e privilegiando a compreensão do contexto pessoal, social e cultural. Para a análise final, houve a integração das dimensões do conhecimento teórico e da experiência das pesquisadoras com o estudo, a pesquisa e a intervenção com o tema. Essa dimensão guarda tanto a subjetividade das pesquisadoras quanto seu pertencimento à identificação de gênero.

A questão de pesquisa apontada neste texto obteve parecer favorável número 972.246 emitido

em março de 2015, no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília.

## Discussão dos resultados

Primeiramente, discutem-se as informações referentes aos participantes. Dos 14 indicados para integrarem a intervenção grupal, apenas um evadiu desde seu início, não frequentando nenhuma sessão. Dos 13 que permaneceram, a frequência, como é habitual, foi intermitente, com difícil continuidade das presenças, e esta configuração tem sido bastante repetitiva durante o funcionamento do programa. A condição socioeconômica dos participantes reflete uma situação que reproduz a sociedade brasileira mais ampla. As ocupações laborais indicam trabalhos mais técnicos, mesmo que os participantes tenham ensino superior ou na iminência de sua conclusão. Essas ocupações mostram-se também relativas a trabalhos que envolvam maior força física, como borracheiro, jardinagem, serviços gerais (limpeza), vigilante e, em especial, um funcionário público que atua como chefe de pátio em uma unidade prisional. Há uma conexão entre a conduta dominadora e um processo recursivo expresso nas atividades que reforçam esse comportamento, legitimando-o frente à sociedade (Zanello, 2018). Todos se identificaram como heterossexuais, o que está de acordo com estudos nacionais (Penso et al., 2016) e internacionais (Simons, 2015).

A raça autodeclarada apontou que a maioria se identificou como negro ou pardo. Embora essa constatação reflita dados apresentados pelo sistema penitenciário (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017), é crucial examinar essa situação à luz das ideias de Almeida (2019) sobre o racismo estrutural. Esse autor faz distinções entre o racismo estrutural e o racismo institucional, ambos sendo fenômenos frequentes nas relações sociais de nossa realidade. O racismo é uma forma sistemática de discriminação que se fundamenta na raça, sendo considerado estrutural em nossa sociedade por muitos autores contemporâneos (Almeida, 2019; Costa & Shucman, 2022). De acordo com esses autores, o processo discriminatório abrange as relações sociais que ocorrem nas instituições, as quais perpetuam os conflitos sociais e as disputas de poder. Esses aspectos devem ser especialmente observados e identificados nas ações psicossociais e de saúde, contexto de maior interesse deste texto.

A análise do conteúdo registrado nos prontuários permitiu a identificação de aspectos referentes à construção e à expressão da masculinidade hegemônica em homens que cometeram ofensas sexuais. Os resultados foram organizados em núcleos temáticos: Família ontem e hoje: aprender e reproduzir; Presença da violência ontem, hoje e sempre; Tem que ser homem antes de ser menino; Ser homem é ser superior, custe o que custar. Serão apresentadas citações dos registros nos prontuários para ilustrar e dar maior consistência à discussão.

### **Família ontem e hoje: aprender e reproduzir**

O primeiro e mais importante grupo social ao qual os indivíduos estão inseridos é a família de origem e a família atual. Ambas são responsáveis, em seus respectivos momentos, pela sobrevivência de seus membros, oferecendo um contexto inicial de relações sociais e estabelecendo a mediação da criança com o meio em que está inserida (Ortiz-Ruiz & Díaz-Grajales, 2018). Este primeiro tema foca a experiência desses indivíduos na internalização de valores e construção de crenças, introjetados durante a infância na convivência com a família de origem, que se mantém na vida adulta, sendo revividos, resignificados, apropriados e incorporados à subjetividade (Schucman & Gonçalves, 2020). Os padrões de masculinidade continuam a desempenhar um papel fundamental no processo de socialização de homens e meninos (Frąckowiak-Sochańska, 2021). Em sociedades patriarcais, as relações são frequentemente construídas com base na diferenciação de poder, mediada por fatores como idade e gênero (adultos e crianças, homens e mulheres, ricos e pobres) (Souza, 2020). A expressão de violência ou dominação pode ser utilizada como um meio para reforçar essa dinâmica. O homem deve, segundo o modelo patriarcal, assumir o papel de provedor do lar, enquanto as mulheres são destinadas aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos. Trechos evidenciam que essa divisão de papéis ainda perdura até os dias atuais, como no caso do P11: *“agregou os aprendizados que homem não bate em mulher, que cozinha, mas não como obrigação, que tem responsabilidade pelo sustento da casa, e a mulher é responsável pelos cuidados com a casa”*, e do P13: *“sempre ajudou a cuidar das meninas e mandava elas ajudarem a mãe a arrumarem a cama, a limpar a casa. . .”*.

O homem tem sido educado para ser dependente da mulher em relação aos seus cuidados pessoais, visto que o papel de cuidadora do lar, da família e do cônjuge sempre esteve atribuído à mulher, enquanto o homem apenas usufrui desses cuidados (Ferreira & Oliveira, 2020). A obrigatoriedade de o homem assumir apenas o papel de provedor tende a favorecer sua ausência no papel parental, pois a lógica patriarcal o direciona para um lugar apartado da afetividade da criação dos filhos (Ferreira & Oliveira, 2020; Nahas et al., 2021). Essa ausência do exercício do papel parental foi encontrada em P3: *“na segunda gravidez, ela se viu desamparada por ele na coparentalidade”*, e P1: *“quando ia embora, sua filha mais nova sofria muito... decidiu sumir, ficou 5 anos sem fazer contato, só voltou com os filhos mais maduros. Não é próximo dos filhos, e prefere assim”*.

Nos modelos familiares atuais, mesmo com altos índices de ausência parental, a paternidade, por ser um indicador de maturidade e virilidade masculina, tende a ser incentivada (Nigro & Baracat, 2018). Com isso, ter uma iniciação precoce da paternidade e/ou conjugalidade, como no caso do P2 *“parou de estudar para se casar”*, bem como ter um número expressivo de filhos, como no caso do P4 *“tem nove filhos, cinco foi do primeiro casamento, quando tinha 18 anos”*, são argumentos ainda utilizados para provar a masculinidade e virilidade. Testemunhos dados na fase adulta confirmam que ofensores sexuais, assim como cidadãos sem histórico de violência, reconhecem que a vivência de um grande número de relações sexuais é considerada uma característica significativa da sexualidade masculina (Nogueira et al., 2020; Oliveira & Fontes, 2021). Não se pode desconsiderar a avaliação do status socioeconômico desses participantes, que limita o acesso a recursos de outra natureza, capazes de promover diferentes expressões de masculinidade. O status socioeconômico é definido como a combinação de aspectos relacionados à educação, ao rendimento financeiro e à qualidade da ocupação (American Psychological Association [APA], 2015).

Manter relacionamentos simultâneos com várias mulheres também é um recurso para afirmar a virilidade masculina. Ainda que sejam casados, ou tenham um relacionamento estável com uma companheira, alguns homens tendem a manter relações extraconjugais, pois esse comportamento é considerado natural e esperado de um homem (Silva et al., 2020). Esse comportamento foi observado em P1: *“quando conheceu a*

*primeira esposa, os dois estavam em outro relacionamento. Ela engravidou logo após a união dos dois. Se separaram devido às traições dele (foram casados por 7 anos)*”. Ainda sobre P1, há o relato de três relacionamentos íntimos simultâneos: “*mantém relacionamentos com D. (há 33 anos) e M. (há 20 anos). É casado com M., com a qual permanece durante a semana. No final de semana, fica na casa da D.; e ainda se relaciona há 4 meses com J.*”. O comportamento poligâmico parece afirmar sua masculinidade, potência e virilidade, ajudando-o a se posicionar socialmente e em relação a outros homens.

As relações familiares aprendidas na família de origem oferecem um contexto favorável à internalização de condutas que expressam estereótipos machistas, valorizados pela sociedade, com a dominação de pessoas que se mostram vulneráveis. Essas condutas perduram na vida adulta, sob a égide desses valores, e as relações familiares e sociais reforçam e orientam os “meninos de ontem” a reproduzirem essas interações como “adultos de hoje” (Zanello, 2018).

## **Presença da violência ontem, hoje e sempre**

Os indivíduos, desde o nascimento, recebem um rótulo com base em seu sexo biológico, o que determina o modo como serão tratados na sociedade, bem como os comportamentos esperados, tanto para os homens quanto para as mulheres (Ferreira & Oliveira, 2020). Meninos são incentivados a aprender e reproduzir comportamentos violentos, seja por meio de brincadeiras, brinquedos (como armas), jogos ou esportes, como no caso de P2: “*brincava de estilingue, o pai ensinou a fazer. Pediu para o pai ensinar a atirar, o pai ensinou quando ele tinha 16 anos*”. A violência é considerada um dos principais atributos da identidade masculina. O homem costuma ocupar posições de poder e dominação sobre mulheres, crianças/adolescentes e outros homens, manifestando diferentes formas de masculinidade que podem ser prejudiciais. Este modelo de masculinidade naturaliza a ideia de que a violência é uma prática inerente ao homem, e serve de base para a manutenção de uma cultura patriarcal que gera práticas violentas no ambiente doméstico, assim como atos ofensivos contra as mulheres (Souza, 2020).

As informações acessadas indicam uma predominância da violência intrafamiliar, perpetrada, principalmente, na forma sexual. P8: “*relata que cometeu*

*violência sexual contra a filha, desde os 9 anos de idade dela, hoje ela tem 22 anos e os abusos só pararam há três anos*”; P3: “*a filha pediu ajuda da mãe, porque não aguentava mais o pai, que ele é muito forte. Quando ele estava com a filha, afastava a calcinha e esfregava o pênis na vagina dela, sacudia o pênis e saía uma meleca*”, bem como física: “*desde a adolescência, ele apresenta comportamentos agressivos com os familiares. Ele já respondeu judicialmente por violência cometida contra algumas de suas ex-companheiras*” (P7). A posição de superioridade ocupada pelo homem justifica a existência de relações sexuais voltadas para sua satisfação, mesmo que essas relações sejam caracterizadas como violência, assédio sexual ou estupro (Nigro & Baracat, 2018). A questão que se coloca é a afirmação da masculinidade em sua forma mais prejudicial perante a sociedade.

Existem outras formas de violência que buscam reafirmar a superioridade do homem, como vingança, intimidação, manipulação, ameaça, defesa da honra, demonstrações de coragem e dominação sexual. Todas essas expressões de violência têm um único objetivo: a manutenção e perpetuação do poder masculino na sociedade frente aos indivíduos subordinados ou marginalizados, isto é, mulheres, crianças, adolescentes e outros grupos de homens que não se enquadram no padrão hegemônico (Silva, et al., 2020). Foram encontrados exemplos destas manifestações em P2: “*há 18 anos a esposa foi abusada sexualmente pelo tio. Para se vingar, mexeu com as filhas dele (6 e 10 anos) e passou a mão na vagina delas*” (vingança); “*tentou matar a primeira namorada porque ela o chamou de ‘zé tanga’. Só não a matou porque o fio de energia quebrou*” (defesa da honra); P3: “*tinha uma relação conturbada com a ex-esposa. Já ameaçou quemá-la. Fazia uso de bebida alcoólica e ficava muito agressivo*” (ameaça); e P4: “*apareceu no atendimento com uniforme policial*” (intimidação).

A vingança pode ser caracterizada como a retribuição, quase sempre em grau superior, de algo que foi percebido ou sentido como prejudicial, praticada em nome próprio ou alheio, podendo “atingir não somente àqueles a quem se imputa a culpa, mas a terceiros que lhes sejam próximos, inclusive as suas gerações seguintes” (Silva, 2014, p. 2811), como no caso do P2, pois “ser macho” implica não admitir que uma agressão fique sem resposta. Este mesmo prontuário descreve uma violência que resultou em uma tentativa de feminicídio, justificável e até mesmo

incentivada em sociedades que consideram ideal o modelo da masculinidade hegemônica (Ferreira & Oliveira, 2020). Sobre P3, o uso de ameaças tem como função a dominação e o controle da parceira. Além disso, a presença do uso de bebida alcoólica pode favorecer a ocorrência de práticas violentas (Dázio et al., 2016). Em relação a P4, ao usar uma roupa de policial para se apresentar na instituição de atendimento, o indivíduo buscou intimidar os profissionais que o atenderam, tentando se colocar em uma posição superior, de poder e possível imunidade.

Por ser considerada uma característica natural do homem, a violência é utilizada como o principal mecanismo na educação dos meninos, de modo que, ao chegarem à fase adulta, ela se torna a linguagem comum de suas experiências sociais e familiares (Cabrera & Bezerra, 2020). Nesse sentido, Pereira (2021) afirma que o comportamento agressivo faz parte de um ciclo vicioso, uma vez que os homens tendem a reproduzir a violência que sofreram na infância (maus-tratos, alienação parental, abuso sexual, abandono, dificuldades nas relações familiares etc.), criando, assim, uma cultura de vingança que costuma ter como vítimas suas parceiras e filhos.

A influência da transgeracionalidade no comportamento violento está presente, de forma explícita, no prontuário P7: *“o pai o agredia com frequência. Após a separação dos pais, P7 passou a reproduzir este comportamento com os familiares”*. Acrescentam-se trechos dos prontuários P9, P11 e P13, respectivamente, que relatam situações de violência sofridas na infância: *“apanhou de chinelo no rosto pelo pai e ficou machucado”*; *“sofreu violência sexual, aos 9 anos, e violência física”*; *“o pai batia de cipó e cinto para corrigir... com 8 anos já trabalhava”*, que podem levar a reprodução de tais comportamentos ao longo da vida destes indivíduos. Conforme salienta Silva (2014), violência praticada entre homens desde a infância interioriza o comportamento agressivo, no qual o indivíduo aprende as violências sofridas e tende a reproduzi-las, sendo considerados vítimas e agressores ao mesmo tempo. Portanto, pode-se compreender que o circuito de ser vítima e vitimizar está presente nas etapas dos ciclos da vida individual, familiar e conjugal.

### **Tem que ser homem antes de ser menino**

A masculinidade hegemônica define um conjunto de características que se voltam para a heterossexualidade, a prontidão sexual expressiva e

explícita, a presença de comportamentos de risco, a não demonstração de emoções e o controle constante das circunstâncias (Silva et al., 2020). Esse modelo idealizado faz com que os meninos cresçam ouvindo frases como “seja homem”, “homem não chora” e “filho meu tem que ser pegador”, resultando na construção de uma identidade masculina prejudicial que, ao longo da vida, pode manifestar-se em comportamentos nocivos (Rosostolato, 2019). No contexto brasileiro, observa-se que a subjetividade masculina tem sido construída por meio da virilidade sexual e laborativa (Baére & Zanello, 2020). A primeira diz respeito à demonstração constante de uma performance de sexualidade ativa, na qual o homem se posiciona como macho viril, assumindo um papel ativo como penetrador, enquanto a mulher é colocada em uma posição de passividade, devendo ser penetrada e dominada (Baére & Zanello, 2020; Zanello, 2018).

A iniciativa para expressar uma vida sexual ativa é incentivada desde a infância, resultando em uma iniciação precoce da vida sexual, com o objetivo de informar que já é um homem, e não mais um menino. No caso do P13: *“com 13 anos começou as paqueras. Aos 14 anos ocorreu a primeira transa, com uma adulta de 22 anos... fala do sentimento de medo e constrangimento”*, encontra-se a noção apresentada por Rosostolato (2019) de que, para ser considerado homem, não se pode dispensar mulher alguma, desconsiderando até mesmo a diferença de idade, pois esse tipo de envolvimento ajuda a afirmar o quanto esse homem é viril e pegador diante dos demais.

Observou-se em três prontuários a presença da iniciação precoce do interesse e da vida sexual: *“com 13 anos ocorreu a primeira transa com uma vizinha (16 anos)”* (P1); *“com 6 anos pegou na vagina da prima, aos 8 anos achou revistas pornográficas do pai, aos 9 espiava a vizinha se banhando, aos 11 observava adolescente banhar, aos 12 anos abusou da irmã”* (P9); *“com 13 anos beijou a prima para treinar, com 14 começou a masturbação. A primeira relação sexual foi com 17 anos, e a primeira namorada, com 19 anos”* (P11). Salienta-se que a pornografia se constitui como uma tecnologia de gênero que reforça padrões de dominação e controle do homem sobre as mulheres, pois erotiza a violência contra elas e objetifica o corpo feminino. Além disso, espiar mulheres nuas ou seminuas é uma forma de iniciação ao corpo feminino (Zanello, 2018).

A virilidade laborativa, por sua vez, diz respeito à relação entre masculinidade, produtividade e acúmulo

de riqueza, pois o verdadeiro homem é considerado o provedor da família. Assim, o trabalho, ao longo do tempo, tornou-se um pilar identitário da masculinidade (Baére & Zanello, 2020). Aqueles indivíduos que estão desempregados ou sentem ter deixado de ocupar o lugar de provedor tendem a sentir que perderam sua hombridade, uma vez que a noção básica de masculinidade ainda está ligada à capacidade de sustentar a família (Zanello, 2018). Dessa forma, a iniciação precoce nas atividades laborais tem sido uma maneira de afirmar a masculinidade desses indivíduos. A realização de atividades laborais desde a infância e a adolescência foi identificada em seis dos treze prontuários analisados. Ademais, destaca-se que a falta de emprego e o sentimento de não ser o provedor da família podem estar relacionados ao aumento das violências perpetradas no ambiente doméstico e fora dele (Medrado et al., 2021). Registros nos prontuários também revelaram relatos de iniciação precoce no uso de cigarros e bebidas alcoólicas. O uso de substâncias psicoativas entre homens adolescentes e jovens adultos tem como finalidade o aumento da libido e do prazer, facilitando a interação com outras pessoas, principalmente do sexo oposto. Essa prática é vista como uma maneira de reafirmar a masculinidade, pois também favorece a sensação de invulnerabilidade (Dázio et al., 2016). Considera-se que o ideal de masculinidade se caracteriza, além da virilidade sexual e laborativa, por práticas que resultam em comportamentos de risco, pois desde o nascimento os meninos são interpelados a adotar atitudes masculinas que lhes garantam o *status* de homem (Zanello, 2018).

### **Ser homem é ser superior, custe o que custar**

A imagem construída do homem como ser superior, que o coloca representado como um “super-homem”, um ser autossuficiente e invulnerável a qualquer risco (Medrado et al., 2021), leva os homens a adotarem comportamentos de descuido em relação à própria saúde, muitas vezes recusando-se a procurar atendimento médico, pois isso é visto como um sinal de fragilidade, colocando em xeque sua condição de força viril. Esse comportamento de evitar serviços de saúde esteve presente em oito dos treze prontuários. Um exemplo é a descrição no prontuário P1: “*parou sozinho os vícios que adquiriu. Na época do alcoolismo, passou por uma junta médica que encaminhou para atendimento no AA (alcoólicos anônimos), mas não quis*

*participar*”, na qual pode-se notar o pensamento de autossuficiência, em que o homem acredita não precisar da ajuda de outras pessoas. Além disso, o descuido com a saúde também se manifestou por meio do consumo excessivo de álcool e cigarro, comportamento que, em alguns casos, se iniciou na infância.

Assim como em relação à saúde, esse aspecto de negligência também se manifesta nas vivências de sociabilidade e intimidade. Por exemplo, no P10 há a seguinte descrição: “*não é uma pessoa de muitos amigos, tem só um amigo e nem para ele conta de seus sentimentos. Prefere escrever sobre si, do que falar para um amigo*”; e no P11: “*na época do assassinato do pai ele tinha 12 anos e só conseguiu chorar um tempo depois, quando estava sozinho*”. A dificuldade na expressão das emoções, como forma de não demonstrar fraquezas, reforça a pressão para “ser homem” diante dos demais, fundamentada em um modelo hegemônico de masculinidade.

O sentimento de superioridade faz com que os homens se sintam intocáveis, acreditando que nada pode atingi-los, o que dificulta a adoção de hábitos saudáveis. Observa-se que essas expressões de masculinidade, manifestadas intencionalmente, permeiam o cotidiano e dominam todo o repertório de sociabilidade e afetividade dos homens, contribuindo para a dificuldade de estabelecer intimidade nas relações (Ayllón González, 2020). Essa dinâmica não apenas prejudica a saúde física e mental dos homens, mas também perpetua um ciclo de solidão e desconexão emocional, afetando, assim, a qualidade de vida.

Ademais, é fundamental considerar que a construção social da masculinidade hegemônica não afeta apenas os homens, mas também as relações sociais de gênero como um todo. A pressão para atender a esses padrões pode levar a comportamentos prejudiciais e à marginalização de outras expressões de masculinidade que não se alinham a esse ideal, como a sensibilidade e a vulnerabilidade emocional. Portanto, é necessário promover uma reflexão crítica sobre esses estereótipos e buscar alternativas que favoreçam uma masculinidade mais saudável e inclusiva, permitindo aos homens acessar suporte emocional e cuidados de saúde sem medo de serem julgados.

### **Considerações finais**

O modelo hegemônico de masculinidade, predominante em nossa cultura, impõe ao homem a necessidade de estar o tempo todo afirmando sua

masculinidade, de modo a continuar ocupando um lugar de poder na sociedade, garantindo assim privilégios perante os demais. Pode-se constatar a reprodução de comportamentos tidos como ideais para pessoas do gênero masculino, com exibição de sexualidade exacerbada, uso de violência, descuido com a saúde e dificuldade de expressão emocional. Esses aspectos apresentam-se como um incentivo para os meninos assumirem expressões tóxicas da masculinidade desde tenra idade, legitimando uma posição de superioridade e dominação perante a sociedade, contribuindo para práticas violentas. Na medida em que se tem acesso a dinâmicas familiares na perspectiva de adultos que ofenderam sexualmente crianças e adolescentes, pode-se compreender seu processo de construção. Esses homens convivem desde sempre com a violência, vivida e expressada das mais variadas formas, uma vez que são práticas iniciadas no âmbito familiar, e dão origem a um ciclo vicioso que reproduz as vitimizações sofridas na infância e prosseguem por outros estágios da vida adulta.

A discussão apresentada indicou a necessidade de que as intervenções terapêuticas voltadas para o público de ofensores sexuais promovam reflexões acerca das questões de gênero e da masculinidade hegemônica, visando a promoção de uma vivência de masculinidade mais positiva e saudável. Tendo em vista que este é um tema ainda pouco explorado na literatura (Nogueira et al., 2020), espera-se que o

conhecimento produzido neste artigo tenha relevância não só para o contexto de intervenção em saúde, mas também na interface com o sistema de justiça. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de uma análise mais abrangente acerca dos programas voltados para intervenções que atendam o público de ofensores sexuais, em diferentes regiões do país, a fim de verificar como o tema das masculinidades tem sido trabalhado.

A principal limitação deste estudo diz respeito ao acesso restrito aos indivíduos, por se mostrarem desconfiados, reticentes e temerosos em se identificar (Nogueira et al., 2020). Assim, as informações ficaram limitadas aos prontuários. Outro ponto importante é que os prontuários são redigidos pelos profissionais de saúde, o que representa uma limitação, pois o conteúdo reflete a perspectiva institucional, e não a dos próprios indivíduos atendidos. Além disso, a pesquisa foi conduzida durante o período de eclosão da pandemia de covid-19, o que trouxe diversas regras de convivência e impediu contatos presenciais, especialmente no contexto dos atendimentos na área da saúde. Outra limitação foi a escassez de literatura nacional que abordasse ações com ofensores sexuais adultos focadas nas questões da masculinidade hegemônica. No entanto, reconhece-se que os resultados aqui apresentados podem contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas ao atendimento de adultos ofensores sexuais.

## Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- American Psychological Association. (2015). *Violence and socioeconomic status*. <https://www.apa.org/pi/ses/resources/publications/violence>
- Ayllón González, R. (2020). De hombres y machos: el género y las masculinidades en la vida cotidiana. *Revista Digital Universitaria*, 21(4). <http://doi.org/10.22201/cuaieed.16076079e.2020.21.4.5>
- Baére, F. D., & Zanello, V. (2020). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44147>
- Cabrera, I. N., & Bezerra, J. S. (2020). O discurso da masculinidade tóxica na narrativa publicitária. *Iniciacom*, 9(2). <https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/3267/pdf>
- Costa, E. S., & Shucman, L. V. (2022). Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2, 466-484. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>
- Dázio, E. M. R., Zago, M. M. F., & Fava, S. M. C. L. (2016). Use of alcohol and other drugs among male university students and its meanings. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50, 785-791. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000600011>
- Ferreira, F. M., & Oliveira, C. P. (2020). O movimento feminista e a crise da masculinidade: reflexões a partir da psicologia política. *Cadernos de Psicologia*, 1(2). <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2510>

- Frackowiak-Sochańska, M. (2021). Men and social trauma of covid-19 pandemic. The maladaptiveness of toxic masculinity. *Society Register*, 5(1), 73-94. <https://doi.org/10.14746/sr.2021.5.1.04>
- Marshall, W. L. (2018). A Brief History of Psychological Theory, Research, and Treatment With Adult Male Sex Offenders. *Current Psychiatry Reports*, 20(8), 1-8. <https://doi.org/10.1007/s11920-018-0920-0>
- Medrado, B., Lyra, J., Nascimento, M., Beiras, A., Corrêa, A. C. D. P., Alvarenga, E. C., & Lima, M. L. C. (2021). Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 179-183. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.35122020>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN*. [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf)
- Ministério da Saúde. (2008). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Princípios e diretrizes*. [http://www.saude.ba.gov.br/novoportal/images/stories/saudedetodosnos/arquivos/politica\\_nacional\\_atencao\\_saude\\_homem.pdf](http://www.saude.ba.gov.br/novoportal/images/stories/saudedetodosnos/arquivos/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf)
- Nahas, N., Sartore, M. H., Lima, L. O., Rissi, B. S., Knorst, B. K. Y., Lee, C. L. (2021). A Interferência da Masculinidade Tóxica no Futuro da Luta pela Igualdade de Gênero. In F. E. A. Batista (Ed.), *Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação emancipadora* (pp. 140-153). Atena. <https://doi.org/10.22533/at.ed.41721150412>
- Nigro, I. S., & Baracat, J. (2018). Masculinidade: Preciosa como diamante, frágil como cristal. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia: Olhares da psicologia sobre questões da atualidade*, 30(1), 4-19. [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/nNirdcsu8KL0cs0\\_2019-3-8-17-21-47.pdf#page=7](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nNirdcsu8KL0cs0_2019-3-8-17-21-47.pdf#page=7)
- Nogueira, R. N., Costa, L. F., Passarela, C. D. F. T., & Setubal, C. B. (2020). Apreensão do sofrimento do adulto ofensor sexual em intervenção psicossocial: uma etnografia. *Revista Subjetividades*, 20(1). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9713>
- Oliveira, F. E., & Fontes, R. V. B. (2021). “O cara é pegador!”: Rodas de conversa sobre masculinidades tóxicas em uma escola pública baiana. *Educação. Interfaces Científicas*, 11(1), 40-53. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2021v11n1p40-53>
- Ortiz-Ruiz, N., & Díaz-Grajales, C. (2018). Una mirada a la vulnerabilidad social desde las familias. *Revista Mexicana de Sociología*, 80(3), 611-638. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2018.3.57739>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In L. F. Habigzang, L. C. A. Williams & P. I. C. Gomide (Eds.), *A outra face da violência: o agressor em múltiplos contextos* (pp. 63-76). Juruá.
- Pereira, A. C. A. (2021). Masculinidades (in)questionáveis: um ensaio sobre homens, raça, sexualidade e interseccionalidade. In E. T. Rabello, J. C. Lessa, L. M. S. Cabral, & N. R. Zardin (Eds.), *Ciência e Conhecimento: visões plurais* (pp. 198-212). Pembroke Collins.
- Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016*. (2016, 7 de abril). Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Conselho Nacional de Saúde. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Rodriguez, S. S. (2019). Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Revista Diversidade e Educação*, 7(2), 276-291. <https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>
- Rosostolato, B. (2019). Alexitimia e masculinidades: do silêncio aos processos de desconstrução. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 30(2), 55-64. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v30i2.92>
- Santana, C. J., Oliveira, M. L. F., & Marcon, S. S. (2019). Análise documental de prontuário de paciente: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Paranaense de Enfermagem*, 2(1), 75-84. <http://seer.fafiman.br/index.php/REPEN/article/view/557/526>
- Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(n. suplement.), 109-123. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.109-123>
- Secretaria de Direitos Humanos. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*. [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08\\_2013\\_pnevsca.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf)
- Seto, M. C. (2018). *Pedophilia and sexual offending against children* (2nd edition). American Psychological Association.


- Silva, A. F. D., Gomes, N. P., Pereira, A., Magalhães, J. R. F. D., Estrela, F. M., Sousa, A. R. D., & Carneiro, J. B. (2020). Social attributes of the male that incite the violence by intimate partner. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0470>
- Silva, J. R. T. (2014). *Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem* [Trabalho apresentado]. 18º REDOR – Perspectivas Feministas de Gênero. Desafios no Campo da Militância e das Práticas, Recife, PE, Brasil. <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>
- Silva, L. M., Santos, R. S. C., & Nascimento, Y. E. (2021). Masculinidades negras no espelho. *Letras de hoje*, 56(2), 329-339. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2021.2.40152>
- Simons, D. A. (2015). *Adult Sex Offenders Typologies*. U.S. Department of Justice: SOMAPI – Sex Offender Management Assessment and Planning Initiative. [https://smart.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh231/files/media/document/somapi\\_full\\_report.pdf](https://smart.ojp.gov/sites/g/files/xyckuh231/files/media/document/somapi_full_report.pdf)
- Souza, W. G. G. (2020). *Relacionamento amoroso e socioeducação: uma análise a partir da experiência de inserção ecológica com estudo de casos múltiplos* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40257>
- Swanson, E. (2019). Rape, Representation, and the Endurance of Hegemonic Masculinity. *Violence Against Women*, 25(3), 1613-1630. <https://doi.org/10.1177/1077801219869551>
- Teodoro, C. (2022). Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. *Zero-a-Seis*, 24, (n. especial), 1582-1598. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e87381>
- World Health Organization. (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-%20eng.pdf?sequence=1>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

---

*Ranieli Carvalho Gomes de Sousa*

Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.


Email: ranieligomes16@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1204-6562>

*Liana Fortunato Costa*

Doutora em Psicologia Clínica, Pesquisadora Plena do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Professora Emérita da Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

Email: lianaf@terra.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-7473-1362>

*Recebido* 27/08/2023

*Aceito* 04/12/2024

*Received* 08/27/2023

*Approved* 12/04/2024

*Recibido* 27/08/2023

*Aceptado* 04/12/2024

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003277964>

*Como citar:* Sousa, R. C. G., & Costa, L. F. (2025). Masculinidade Hegemônica em Adultos Ofensores Sexuais: Uma Pesquisa Documental em Instituição Pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e277964. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003277964>

*How to cite:* Sousa, R. C. G., & Costa, L. F. (2025). Hegemonic Masculinity in Adult Sexual Offenders: A Documentary Research in a Public Institution. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e277964. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003277964>

*Cómo citar:* Sousa, R. C. G., & Costa, L. F. (2025). Masculinidad hegemónica en agresores sexuales adultos: una investigación documental en una institución pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e277964. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003277964>